



Levanta Rio Grande

Um novo modelo de desenvolvimento para o nosso Estado

Este documento tem como objetivo subsidiar o debate programático da candidatura do Partido dos Trabalhadores para o governo do estado. Ele apresenta o diagnóstico e as linhas gerais do programa e visa estimular o debate de programa nas regionais e setoriais do partido.

A situação do Rio Grande: estagnação econômica e desigualdade social

O grande desafio vivido hoje pelo Rio Grande do Sul é o de retomar o crescimento da economia, reduzir as desigualdades sociais e enfrentar a crise climática. O Brasil voltou a crescer, reduziu a pobreza e vem retomando o desenvolvimento, enquanto nosso estado fica para trás. Doze anos de governos neoliberais levaram o Rio Grande a uma estagnação que precisa ser enfrentada. Por isso nosso chamado é Levanta Rio Grande. Precisamos construir mudanças que permitam nosso estado se desenvolver de forma sustentável, reduzir as desigualdades sociais e construir um caminho de prosperidade compartilhada.

O Rio Grande do Sul vem a muito tempo perdendo participação na economia. Enquanto o país como um todo cresce, enquanto nossos vizinhos crescem, nosso estado fica para trás. Nos anos 1940, a produção gaúcha respondia por 9,4% da produção total do país. Oito décadas depois essa participação caiu para 6,2%. Se compararmos a dinâmica da economia do Rio Grande do Sul com as dos nossos vizinhos, Paraná e Santa Catarina, podemos ter uma ideia da perda de espaço de nossa economia no contexto nacional.

Participação no PIB do Brasil (%)

	1980	1990	2000	2010	2020
Rio Grande do Sul	8,0	7,7	6,5	6,3	6,2
Paraná	6,0	5,9	6,0	6,2	6,2
Santa Catarina	3,5	3,6	3,8	4,1	4,7

A redução do dinamismo econômico está associada também a uma mudança demográfica. Em 1940, a população residente no estado correspondia a 8,05% da população brasileira. Desde





então essa participação se reduziu gradativamente até atingir o patamar de 5,36% em 2022. A partir de 1970, em particular, o RS vem registrando a menor taxa de crescimento populacional dentre todas as Unidades da Federação. Nossa população vem envelhecendo, o que reduz o contingente de pessoas em idade ativa, o que reduz o dinamismo da economia. Mas não se trata apenas de envelhecimento, o que estamos vendo é que muitos jovens vêm deixando o Rio Grande para procurar oportunidades de trabalho em outros estados.

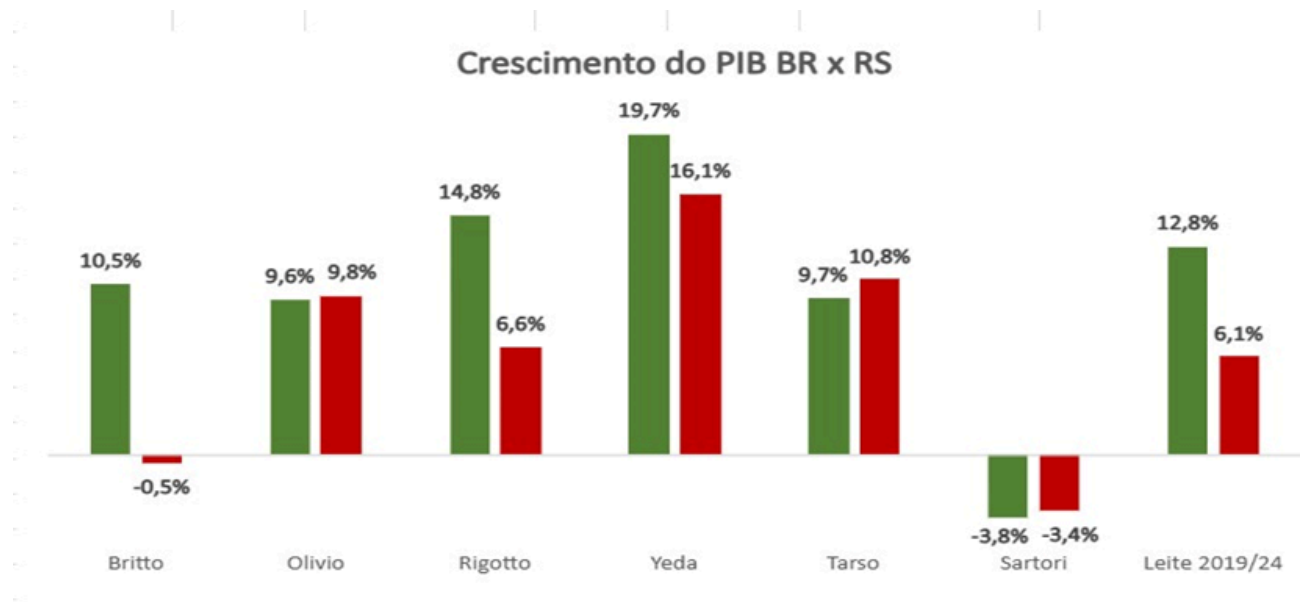
Esta situação de virtual estagnação resulta de alguns fatores estruturais, como o envelhecimento da população, mas resulta, mais que tudo, de um projeto político. Um projeto que valoriza o lucro privado mas não se mostra capaz de olhar para sociedade como um todo. Nossa indústria vem perdendo espaço no contexto nacional. No campo, a concentração da produção em torno de poucos produtos para a exportação, a deterioração do solo e a intensidade do uso de agrotóxicos agrava os impactos da crise climática. Nossa infraestrutura está sucateada, a água e a energia elétrica privatizadas, nossa malha ferroviária foi extinta e nossas estradas perdem qualidade e ganham mais e mais pedágios.

A estrutura do Estado foi sucateada por sucessivos governos neoliberais, que destruíram instituições de pesquisa, eliminaram regulamentos ambientais e sanitários, reduzindo a capacidade do governo de implementar políticas públicas. A situação das finanças públicas, que vem servindo como argumento para a redução dos investimentos, não foi resolvida. Depois de sucessivas renegociações continuamos endividados. A saúde e a educação vêm se deteriorando e as finanças públicas vivem em situação de crise permanente. O Estado gaúcho vai sendo destruído, tornando-se incapaz de contribuir para o desenvolvimento do Rio Grande.

Por isso precisamos mudar os rumos das políticas para gerar um novo ciclo de desenvolvimento. Voltar a crescer de forma sustentável é o caminho para gerar uma prosperidade que possa beneficiar a todos os gaúchos. O enfrentamento da crise passa por um novo projeto de desenvolvimento, que possa gerar crescimento e com isso recuperar as finanças públicas e a capacidade do Estado de implementar políticas públicas.

O PT já demonstrou que sabe desenvolver o Rio Grande. Nos últimos quarenta anos, em apenas dois momentos a economia do Rio Grande cresceu num ritmo maior do que a média do Brasil. Foi durante os governos de Olívio Dutra (1999/2002) e durante o governo de Tarso Genro (2011/2014).





Crise climática e um modelo de desenvolvimento que não se sustenta

Mas para além dos desafios do desenvolvimento e da desigualdade, a realidade aponta para novos desafios. A crise climática é uma realidade. As sucessivas estiagens e a catástrofe climática das enchentes de 2024 mostram que para pensar o futuro precisamos mudar o presente. Nosso modelo de desenvolvimento não é apenas ineficiente em termos econômicos, ele é também insustentável em do ponto de vista ambiental. Manter este modelo sem realizar profundas transformações é hipotecar nosso futuro. Frente às ameaças da crise climática temos que ter consciência de que não adianta apenas reconstruir o que foi destruído, é preciso transformar a maneira como nos relacionamos com a natureza e a economia.

Para voltar a crescer o Rio Grande precisa pensar em um novo modelo de desenvolvimento. Um modelo que enfrente a crise climática e contribua para a volta do crescimento e para uma distribuição de renda mais justa. Para isso é fundamental combater a ideia de que a preservação da natureza é contraditória com o desenvolvimento econômico. A experiência mundial vem demonstrando o contrário. No mundo de hoje ser sustentável é essencial para conquistar mercados e atrair investimentos. Precisamos entender a sustentabilidade como uma oportunidade. O mercado mundial hoje tem uma alta demanda por produtos sustentáveis. Cada vez mais fica claro que a transição ecológica é o caminho para uma economia próspera. Temos um enorme potencial neste sentido. O Rio Grande tem uma base energética de energia





limpa, nossa indústria já avança na direção de uma economia circular, temos uma grande experiência em termos de agroecologia e muita capacidade instalada em termos de serviços ambientais. Temos importantes instituições de ensino e pesquisa e uma mão-de-obra de qualidade. Estamos preparados para enfrentar a crise climática e ao mesmo tempo transformar a sustentabilidade em uma alavanca para o crescimento. Por isso é preciso apontar para a perspectiva do Rio Grande se tornar o estado mais sustentável do Brasil e da América Latina nos próximos vinte anos. O caminho para isso é a construção de um novo modelo de desenvolvimento.

Este modelo deve ter como ponto de partida a recuperação da capacidade de planejamento do estado e incorporar uma ideia de gestão que pense o território, tendo as bacias hidrográficas como referência para pensar as políticas de desenvolvimento regional. O processo de construção de nosso programa de governo tem estes pontos de partida. A seguir apresentamos treze pontos de debate programático que podem compor um programa de transformação para o Rio Grande do Sul. São eixos gerais em torno dos quais devemos elaborar as propostas de políticas, programas, projetos e ações de nosso governo para conduzir o Rio Grande a um novo período de prosperidade compartilhada para todos os cidadãos.

I. Diversificação da economia, inovação e agregação de valor

Para avançar nesta direção o desenvolvimento do Rio Grande não pode depender apenas da produção de produtos primários de baixo valor agregado. Precisamos identificar as potencialidades de nossa economia e avançar em relação ao modelo atual, que mira apenas no lucro de curto prazo e não tem uma visão estratégica. No campo temos que superar a tendência à monocultura e o uso de práticas pouco sustentáveis. Precisamos valorizar a diversificação e a produção com mais valor agregado. Na indústria temos que apoiar as empresas locais e os arranjos produtivos existentes, fortalecendo o tecido produtivo local ao invés de gastar recursos públicos para apoiar empresas de fora. É preciso superar a lógica de ganhos rápidos de curto prazo e pensar nossa economia de forma estratégica.

Para viabilizar um novo modelo de desenvolvimento mais sustentável em termos econômicos e ambientais, a ciência e a tecnologia tem que estar no centro das nossas políticas. O Rio Grande dispõe de uma rede de universidades, de instituições de ensino e pesquisa, de parques e polos tecnológicos que são um instrumento fundamental para promover o desenvolvimento. Grande parte desta estrutura foi constituída com apoio público, especialmente durante os governos populares (1999-2002 e 2011-2014). Fortalecer esta rede de produção de





conhecimento e colocá-la à disposição de nossas empresas é o desafio que se coloca para o século XXI.

O Rio Grande já é uma referência na área de semicondutores, na área de software, em serviços avançados de saúde e na indústria cultural, como games e audiovisual. Nosso governo deve trabalhar para que as inovações científicas e tecnológicas sejam colocadas a serviço do desenvolvimento. A inovação é um dos principais caminhos para um crescimento sustentável de nossa economia.

II. Fortalecer a indústria gaúcha

A indústria gaúcha é forte, diversa e qualificada, mas vem perdendo espaço. O Rio Grande precisa de uma política industrial que dialogue com as vocações já existentes. O desenvolvimento industrial precisa se espalhar por todo o estado, reduzindo as desigualdades regionais. Uma política de desenvolvimento sustentável precisa garantir o apoio à pequena e média empresa, precisa pensar nos arranjos produtivos locais (APLs) e identificar novos setores com potencial para se inserir no mercado nacional e mundial. As ações do governo devem garantir investimentos para o fomento, com crédito barato, assessoria técnica e promoção comercial.

Devemos proteger e fortalecer os setores tradicionais já instalados em nosso estado, da indústria metal-mecânica, de alimentação, de móveis e máquinas agrícolas, garantindo crédito e assistência técnica e contribuindo para a abertura de novos mercados através da promoção comercial. E a busca por atração de novos investimentos deve ser orientada pela complementaridade e pela abertura de setores onde não temos empresas locais. Nossa política industrial deve também trabalhar para fortalecer setores emergentes, especialmente aqueles relacionados com as novas tecnologias e da indústria cultural. Nosso estado já tem uma capacidade instalada que deve ser potencializada no setor de semicondutores, das empresas de software, dos serviços de saúde avançada, das áreas de games e do audiovisual.

A indústria é um setor fundamental para qualquer projeto de desenvolvimento no Rio Grande e ocupa um papel importante no conjunto da economia do país. Por isso precisamos aproveitar as oportunidades que estão sendo abertas pelo programa Nova Indústria Brasil que o Governo Federal vem implementando e que tem como objetivo atualizar e potencializar o parque industrial brasileiro.





III. Transformar nossa produção primária

Na agricultura precisamos avançar na direção da transição ecológica. O modelo de produção extensiva de commodities baseado em pacotes tecnológicos e no uso extensivo de agrotóxicos funciona no curto prazo, mas não se sustenta no tempo. O Rio Grande não pode continuar dependente de duas ou três culturas. Os mercados nacional e mundial cada vez mais demandam produtos sustentáveis e o Rio Grande já tem uma larga experiência em termos de agroecologia que podem abrir importantes novos mercados de alto valor agregado.

Hoje temos experiências importantes em termos de diversificação da produção primária. Olivicultura, fruticultura, pecuária sustentável, arroz orgânico, que podem ser um bom modelo para um campo mais sustentável. E culturas tradicionais como a vitivinicultura também vem se renovando e estabelecendo sinergias com o turismo rural e cultural. Repensar a produção agropecuária tendo como norte a sustentabilidade é o caminho para a prosperidade no setor primário.

As políticas para o campo devem ter um cuidado especial com a conservação do solo. Não é possível que o Rio Grande mantenha uma condição de ter cerca de 5 milhões de hectares de solo sem cobertura vegetal durante o inverno. Por isso precisamos estimular novas culturas de inverno associadas com projetos de produção de biocombustíveis. Precisamos estimular a agricultura de baixo carbono, assim como fortalecer a cobertura dos solos durante todo o ano, adotando a rotatividade de culturas e produção consorciada.

IV. Energia limpa

Hoje o Rio Grande ainda tem quase 70% da sua matriz energética baseada em fontes não renováveis. Precisamos alterar este quadro, reduzindo a dependência do petróleo e do carvão e ampliando o uso de fontes renováveis. Esta mudança pode se tornar um caminho para o desenvolvimento econômico. Investir na transição energética é importante sentido da sustentabilidade ambiental a nível local, mas também permitem desenvolver tecnologias e fortalecer empresas que podem se consolidar nos mercados nacional e internacional.

O Rio Grande pode se tornar uma referência em energia limpa e sustentabilidade. Temos capacidade instalada em termos de energia eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biocombustíveis, energia de biomassa, biogás e energia solar. Já temos também projetos de produção de hidrogênio verde. São setores que já existem, mas que podem se desenvolver ainda mais com a instalação de indústrias de equipamentos. Investir neste setor não apenas contribui para garantir uma provisão de energia para o crescimento da economia, mas também aponta para





um novo setor econômico, ampliando cadeias produtivas de fornecedores e prestadores de serviços.

V. Infraestrutura para o desenvolvimento

O Rio Grande do Sul precisa mudar a sua matriz de logística e transporte. Hoje dependemos muito das rodovias, um modal que é pouco sustentável e de custo alto. Este custo vem sendo ampliado por conta do aumento de rodovias pedagiadas por parte das concessões de pedágio implementadas pelo atual governo do estado. Nossas ferrovias foram sucateadas pelo processo de privatização e as hidrovias estão subutilizadas.

Precisamos alterar este cenário. O governo federal tem projetos de corredores de transporte para o Mercosul e vem discutindo a concessão da malha sul das ferrovias. Precisamos de um governo que trate do tema da logística de forma estratégica. Precisamos pensar em um sistema que combine os distintos modais e que se articule com uma modernização e gestão mais eficiente de nossos portos.

VI. Cooperativismo

Uma das características do Rio Grande do Sul é a presença relativamente mais importante de cooperativas como unidades de produção com atuação em vários setores, notadamente na produção agropecuária, nos serviços de geração e distribuição de energia elétrica e nos serviços financeiros. A participação relativa do estado no cooperativismo brasileiro corresponde a aproximadamente 8,5% do número de cooperativas, 16% do número de associados, 14% do número de empregos diretos e 12% do faturamento nacional dessas instituições.

As cooperativas são responsáveis por grande parte das nossas agroindústrias, contribuindo para a agregação de valor à nossa produção primária. Através delas se faz uma ponte importante entre a agricultura familiar e a indústria, em um processo que contribui para aumentar a renda da população do campo.

Cooperativismo e a Economia Solidária são dois dos pilares mais importantes para um desenvolvimento econômico sustentável do Estado do Rio Grande do Sul. Cooperativas são instituições econômicas inclusivas, resilientes e socialmente responsáveis, por isso devem fazer parte de nossa estratégia de desenvolvimento. São instrumentos importantes para gerar trabalho e renda, combater a pobreza e as desigualdades sociais e regionais.





VII. Recuperação da capacidade estatal e prover serviços públicos de qualidade

As estruturas de governo devem ser recuperadas de forma a transformar o Estado em um parceiro do crescimento econômico. O Rio Grande não pode depender de empresas de consultoria privada para pensar suas políticas, precisa recuperar sua capacidade produzir conhecimento, de construir estratégias, de planejar o desenvolvimento. Precisamos reforçar as estruturas de governo que garantem a prestação de serviços para os cidadãos. Um Rio Grande que cresce economicamente vai ter mais arrecadação, gerando capacidade de investimento e manutenção dos serviços de saúde, de educação, de assistência.

Um Estado fortalecido precisa também operar no sentido de garantir os direitos dos cidadãos em termos do acesso aos recursos naturais. O acesso à água como um direito humano básico está comprometido pela privatização deste serviço. Da mesma forma, a privatização da distribuição de energia está gerando custos mais altos para a população e para as empresas. Nosso governo deve trabalhar para tornar a máquina do estado mais eficiente, valorizando os servidores e qualificando os serviços.

VIII. Educação pública de qualidade

Não é possível gerar uma dinâmica de desenvolvimento sustentável sem promover uma profunda mudança na educação. Esta mudança não pode ser apenas quantitativa, ainda que seja fundamental ampliar os investimentos na área. Ampliar os investimentos é fundamental pois uma educação de qualidade só pode ser obtida com a valorização dos professores, recuperação das estruturas e atualização tecnológica. É através de uma transformação na educação que podemos contribuir para o desenvolvimento, através da formação de mão-de-obra qualificada, preparada para os desafios de uma economia em transformação.

Vamos trabalhar fortemente visando cumprir as metas do Plano Estadual de Educação. Junto com a comunidade escolar e a sociedade, iremos criar um plano para recuperar a defasagem no ensino devido à pandemia. Iremos qualificar o espaço de aprendizado através de obras nas escolas, da valorização das carreiras da educação, da revisão da base curricular, da implantação gradativa do turno integral em escolas públicas da Rede Estadual.

IX. Saúde

Na área da saúde é fundamental combater o subfinanciamento, enfrentando a falta de recursos para o setor. Precisamos fortalecer o SUS com controle social garantindo a aplicação do preceito constitucional de aplicação dos 12% do Orçamento para a saúde, que não vem sendo garantidos pela atual gestão. O acordo do executivo estadual com o Ministério Público estabelece





o cumprimento desta obrigação apenas em 2030. Nosso governo trabalhará para acelerar este cronograma, garantindo recursos para a saúde.

Mas além de garantir o financiamento é preciso também pactuar com as prefeituras a distribuição destes recursos e a organização dos serviços. Ao contrário do governo atual, vamos fazer um planejamento conjunto com as regiões e as prefeituras para que o atendimento à saúde seja mais descentralizado.

X. Segurança Pública

Não é possível enfrentar os desafios do desenvolvimento sem enfrentar o tema da violência e da insegurança. Concebemos Segurança Pública como um direito fundamental de toda a população gaúcha e sua promoção por meio da implementação de políticas públicas integradas com a União e os Municípios, de forma intersetorial, pautada pela valorização da vida e da integridade física, pela articulação entre prevenção e uso qualificado da ação policial, pela transparência e pela participação social.

Uma política de segurança precisa ter como ponto de partida a valorização dos trabalhadores da segurança. É preciso hoje também ter um foco no crime organizado e nas novas formas de delito, como o cibercrime. Nosso governo deverá ter no enfrentamento à violência e ao crime como prioridade, de forma rigorosa e implacável contra o crime organizado e a impunidade, a partir de evidências, uso da inteligência e de novas tecnologias, dentro da legalidade democrática, sem preconceito de raça ou condição social.

XI. Direitos para todos (combate ao racismo, mulheres, juventude, LGBT, idosos)

Nosso Governo trabalhará para construir um desenvolvimento sustentável, integral e integrador. Para isso as políticas de igualdade, equidade e inclusão serão concebidas como transversais, a exemplo das políticas para Mulheres, Idosas e Idosos, Juventudes, Negras e Negros, Indígenas, Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades, LGBTQIA+, Proteção e Defesa dos Animais.

O combate à desigualdade de gênero e à violência contra as mulheres deve ser uma prioridade, com a recuperação das estruturas existentes que estão sucateadas. As políticas para a juventude devem combinar atividades culturais e formação profissional. Mas precisamos ter também políticas voltadas para a população idosa, que é crescente em nosso estado. Promoveremos o direito à vida, ao emprego, ao acesso à saúde e educação, democratização do acesso aos bens culturais, ao lazer e ao espaço público e à cidadania LGBTQIA+.





É urgente a implementação de um amplo conjunto de políticas públicas de promoção da igualdade racial e de combate ao racismo estrutural, indissociáveis do enfrentamento da pobreza, da fome e das desigualdades, que garantam ações afirmativas para a população negra e o seu desenvolvimento integral nas mais diversas políticas públicas do Estado. Reafirmamos nosso compromisso com a proteção dos direitos dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais. Em parceria com o governo Federal, vamos implementar políticas que assegurem vida digna e cidadania, respeitando e valorizando suas culturas, tradições, modos de vida e conhecimentos.

Da mesma forma, considerando a evolução demográfica de nosso estado, é cada vez mais importante construir políticas que assegurem os direitos das idosas e idosos, por meio de uma rede de cuidados, em parceria com as prefeituras, em áreas como Atenção Integral à Saúde, assistência, mobilidade, saúde, habitação, segurança, educação, cultura, esporte e lazer.

XII. A cultura como motor para o desenvolvimento

O acesso à cultura é um direito de todo os cidadãos, mas as atividades culturais são também um importante instrumento de geração de renda e de postos de trabalho. A chamada Economia Criativa é um caminho fundamental para o desenvolvimento no século XXI. Portanto fortalecer e fomentar atividades culturais se torna uma atividade estratégica para o Rio Grande. Nosso estado ocupa uma posição importante no contexto nacional nos setores do audiovisual, da moda, do design, dos games e do setor editorial. São áreas em expansão, que têm recebido importantes investimentos por parte do governo federal através da Lei Aldir Blanc, da Lei Rouanet e da política do audiovisual. Por isso precisamos compreender que o apoio à cultura, para além da garantia de um direito de todo o cidadão, é também uma ferramenta que contribui para o crescimento da economia.

XIII. Participação Cidadã

Por fim, toda esta mudança precisa ser realizada através de um efetivo protagonismo da cidadania. Os últimos anos de governos neoliberais esvaziaram os espaços de participação que o Rio Grande construiu durante a redemocratização. Os Conselhos setoriais vêm sendo desmontados, perdendo espaço e poder na formulação das políticas públicas, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento foram esvaziados e a Consulta Popular se limita a distribuir migalhas do orçamento, e nem sempre suas decisões são efetivamente cumpridas.

Precisamos retomar o Orçamento Participativo, fortalecer os COREDES, recuperar e democratizar os conselhos de políticas públicas. E mais do que isso, precisamos inovar, utilizando





as ferramentas das Tecnologias de Informação e Comunicação para garantir mais transparência e para ampliar a participação de todos os cidadãos nas decisões do governo do estado.

Coordenação Pré-Campanha

